



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nota Técnica
AudGestãoInovação-TCU 4/2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Vital do Rêgo, Presidente
Jorge Oliveira, Vice-presidente
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Bruno Dantas
Antonio Anastasia
Jhonatan de Jesus

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora-Geral
Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral
Paulo Soares Bugarin, Subprocurador-Geral
Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador
Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador
Sergio Ricardo Costa Caribé, Procurador
Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador

Nota Técnica
AudGestãoInovação-TCU 4/2025

Brasília, 1/8/2025.

Conteúdo protegido por direito autoral, nos termos da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 2025, Tribunal de Contas da União. A reprodução de parte deste documento é permitida, desde que informada a fonte original.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SAFS, Quadra 4, Lote 1
CEP 70042-900
Brasília-DF
(61) 3316-7535
www.tcu.gov.br

Ouvidoria
0800 6441500
ouvidoria@tcu.gov.br

Nota Técnica
AudGestãoInovação-TCU 4/2025

Brasília, 1/8/2025.

SUMÁRIO

I. OBJETIVO	5
II. MOTIVAÇÃO	6
III. REFERÊNCIAS NORMATIVAS	7
IV. CONSIDERAÇÕES INICIAIS /INTRODUÇÃO	8
V. SITUAÇÃO CONTEXTUALIZADA DOS PLANOS DE TRABALHO PARA AS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS	9
VI. CONCLUSÃO	17



I. OBJETIVO

O objetivo desta nota técnica é apresentar, de forma contextualizada, a situação atualizada dos Planos de Trabalho inseridos na Plataforma Transferegov.br referentes às Transferências Especiais realizadas pela União para estados e municípios, no período de 2020 a 2024.

II. MOTIVAÇÃO

Este documento foi elaborado para atender à determinação do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no contexto da ADPF nº 854/DF, datada de 1º/7/2025, nos seguintes termos:

*Dando continuidade ao monitoramento da execução do Plano de Trabalho apresentado pelos Poderes Executivo e Legislativo, com compromisso de aprimoramento da transparência e da rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares (e-doc. 1.701, Id. fb8970df), oficie-se ao **Ministro-Presidente do TCU**, a fim de que seja realizada nova avaliação quanto ao cumprimento da determinação de cadastramento de Planos de Trabalho de “emendas PIX” referentes aos exercícios anteriores, com a apresentação de Nota Técnica do TCU no dia **04 de agosto de 2025**, abrangendo os anos de 2020 a 2024, ano a ano.*

(grifos originais)

III. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Constituição Federal de 1988

Art. 37 (princípios e diretrizes para a administração pública).

Art. 166-A (emendas individuais impositivas para a transferência de recursos a estados, ao DF e aos municípios).

Lei Complementar 210, de 25 de novembro de 2024

Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.

Instrução Normativa (IN-TCU) 93, de 17 de janeiro de 2024

Dispõe sobre a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, de recursos alocados aos estados, Distrito Federal e municípios por meio de transferências especiais, conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal.

Portaria Conjunta MGI/MF 2, de 24 de janeiro de 2025

Dispõe sobre os procedimentos e prazos para avaliação dos planos de trabalho relativos às emendas individuais na modalidade Transferência Especial, dos exercícios de 2024 e anteriores, pelos órgãos e entidades setoriais do Sistema de Gestão de Parcerias da União - Sigpar.

Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 32, de 4 de junho de 2024

Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso, em atenção ao Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e à Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. (Redação dada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 44, de 10 de julho de 2024 e pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 43, de 9 de junho de 2025).

IV. CONSIDERAÇÕES INICIAIS / INTRODUÇÃO

Dentre as demandas do Ministro Flávio Dino do STF direcionadas ao TCU na ADPF 854/DF, a análise da situação dos planos de trabalho inseridos na Plataforma Transferegov.br, relativamente às transferências especiais, tem destaque.

Nesse sentido, o TCU encaminhou ao STF a **Nota Técnica AudGestão-Inovação-TCU 1/2025**, de 14/2/2025, e a **Nota Técnica AudGestão-Inovação-TCU 2/2025**, de 24/3/2025, contendo análises contextualizadas sobre a situação dos tais planos de trabalho.

Essas demandas têm como foco o enfrentamento às deficiências de rastreabilidade e de transparência dos recursos provenientes das transferências da União, em especial, no caso, das transferências especiais.

A Plataforma Transferegov.br é um dos instrumentos mais importantes para a consecução desse objetivo. E, conforme divulgado neste mês pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), é crescente a sua relevância, tendo sido registrado um aumento de 71% do número de acessos de setembro/2024 a junho/2025:

Figura 1 – Evolução do número de acessos à plataforma Transferegov.br



Fonte: sítio eletrônico MGI na internet

Além das informações ao STF por meio das notas técnicas, o TCU tem inserido em suas fiscalizações questões para examinar a rastreabilidade e a transparência na operacionalização e na execução dos recursos provenientes das transferências da União, mormente das transferências especiais, e acompanhado, junto ao MGI, os aprimoramentos na Plataforma Transferegov.br.

V. SITUAÇÃO CONTEXTUALIZADA DOS PLANOS DE TRABALHO PARA AS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS

ATUALIZAÇÃO CONFORME DADOS EXTRAÍDOS EM 30/7/2025 DA PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR

Este tópico apresenta a atualização da situação dos planos de trabalho registrados na Plataforma TransfereGov.br, para as transferências especiais do período de 2020 a 2024. Em atendimento à decisão de referência para este documento, os dados foram segregados ano a ano.

Como se trata de uma atualização de informações, a análise seguiu a mesma metodologia utilizada na elaboração das Notas Técnicas AudGestãoInovação 1/2025 e 2/2025. Isso inclui a extração de dados atualizados da Plataforma Transferegov.br, o tratamento estatístico dessas informações e uma análise contextualizada. Pelo mesmo motivo, por oportuno, o próximo tópico apresentará uma avaliação comparativa com relação às informações anteriormente prestadas ao STF, objeto das notas técnicas citadas anteriormente.

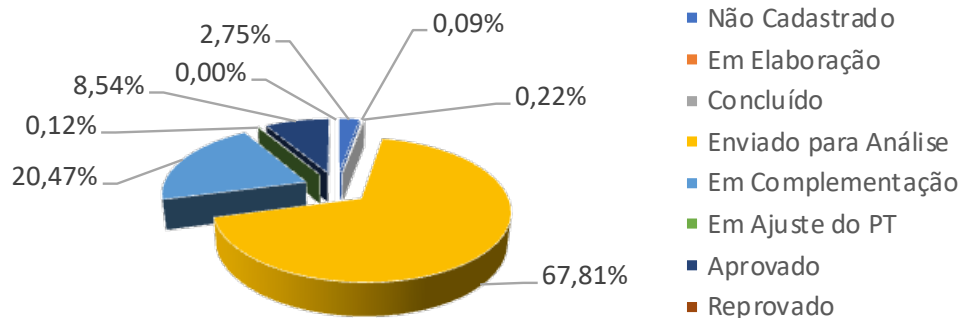
Em consulta realizada em **30/7/2025** na Plataforma Transferegov.br, a situação dos planos de trabalho relativamente às Transferências Especiais apresentou o seguinte quadro geral:

Tabela 1 – Quantidade de Planos de Trabalho por situação de 2020 a 2024 (consulta em 30/7/2025)

Status	2020		2021		2022		2023		2024		Total	Total (%)
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem		
Não Cadastrado	24	1,47%	88	5,40%	386	23,70%	281	17,25%	185	11,36%	964	2,75%
Em Elaboração	3	0,18%	1	0,06%	12	0,74%	7	0,43%	7	0,43%	30	0,09%
Concluído	1	0,06%	8	0,49%	18	1,10%	24	1,47%	26	1,60%	77	0,22%
Enviado para Análise	1144	70,23%	3288	201,84%	6105	374,77%	6529	400,80%	6704	411,54%	23770	67,81%
Em Complementação	304	18,66%	929	57,03%	1502	92,20%	1832	112,46%	2610	160,22%	7177	20,47%
Em Ajuste do PT	2	0,12%	6	0,37%	6	0,37%	3	0,18%	25	1,53%	42	0,12%
Aprovado	151	9,27%	382	23,45%	485	29,77%	598	36,71%	1377	84,53%	2993	8,54%
Reprovado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total Geral	1629		4702		8514		9274		10934		35053	100,00%
Peso Relativo	4,65%		13,41%		24,29%		26,46%		31,19%		100,00%	

Fonte: plataforma Transferegov.br

Figura 2 - Composição relativa da situação dos planos de trabalho 2020 a 2024 para as transferências especiais (dados extraídos em 30/7/2025 da plataforma Transferegov.br)



Fonte: plataforma Transferegov.br

Tabela 2 – Valores (R\$) envolvidos nos Planos de Trabalho por situação, de 2020 a 2024 (consulta em 30/7/2025)

Status	2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	(%)
NCD	12.285.000,00	1,98	32.860.007,00	1,60	152.894.016,00	4,46	291.090.915,00	3,98	205.565.788,00	2,61	694.695.726,00	3,26
ELB	987.454,00	0,16	100.000,00	0,00	4.069.680,00	0,12	6.273.037,00	0,09	7.440.000,00	0,09	18.870.171,00	0,09
CCL	200.000,00	0,03	1.870.000,00	0,09	10.707.332,00	0,31	16.414.517,00	0,22	15.214.894,00	0,19	44.406.743,00	0,21
ANL	449.865.238,00	72,42	1.440.385.154,00	70,29	2.457.177.139,00	71,75	5.247.832.965,00	71,77	4.991.518.480,00	63,41	14.586.778.976,00	68,55
CPL	108.123.525,00	17,41	421.948.145,00	20,59	623.809.426,00	18,22	1.366.428.768,00	18,69	1.734.730.057,00	22,04	4.255.039.921,00	20,00
APT	750.000,00	0,12	1.710.000,00	0,08	4.300.000,00	0,13	1.000.000,00	0,01	30.921.221,00	0,39	38.681.221,00	0,18
APR	49.006.871,00	7,89	150.440.442,00	7,34	171.536.656,00	5,01	383.442.056,00	5,24	886.479.975,00	11,26	1.640.906.000,00	7,71
RPV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	621.218.088,00		2.049.313.748,00	9,63%	3.424.494.249,00	16,09%	7.312.482.258,00	34,36%	7.871.870.415,00	36,99%	21.279.378.758,00	100,00
Peso Relativo	2,92%		9,63%		16,09%		34,36%		36,99%		100,00%	

Legenda:

NCD: Não cadastrado

ELB: Em elaboração

CCL: Concluído

ANL: Em análise

APT: Em ajuste do Plano de Trabalho

APR: Aprovado

RPV: Reprovado

CPL: Em complementação

De acordo com os dados das tabelas 1 e 2, 3,06% dos planos de trabalho ainda estão nas fases iniciais (“não cadastrado”; “em elaboração”; “concluídos”); 88,41% nas fases intermediárias (“enviado para análise”; “em complementação”; “em ajuste do plano de trabalho”) e 8,53% nas fases finais (“aprovado”; “reprovado”). Destaca-se haver ainda uma parcela pequena de planos de trabalho na situação “não cadastrado” (2,75%, 964 casos para todo o período de 2020 a 2024).

COMPARAÇÃO COM AS INFORMAÇÕES ANTERIORMENTE PRESTADAS PELAS NOTAS TÉCNICAS AUDGESTÃOINOVAÇÃO 1/2025 e 2/2025

Conforme informado anteriormente ao STF, nas consultas realizadas em **19/3/2025** e em **13/2/2025**, na Plataforma Transferegov.br, a situação dos planos de trabalho relativamente às Transferências Especiais apresentava o seguinte quadro geral:

Tabela 3 – Quantidade de Planos de Trabalho por situação de 2020 a 2024 (consulta em 13/2/2025)

Status	2020		2021		2022		2023		2024		Total	(%)
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem		
Não Cadastrado	548	33,66%	1430	30,42%	2871	33,72%	2770	29,87%	644	5,89%	8263	23,58%
Em Elaboração	30	1,84%	69	1,47%	146	1,72%	159	1,71%	64	0,59%	468	1,34%
Concluído	7	0,43%	18	0,38%	37	0,43%	31	0,33%	80	0,73%	173	0,49%
Enviado para Análise	477	29,30%	1531	32,57%	2618	30,75%	2667	28,76%	3903	35,70%	11196	31,94%
Em Complementação	554	34,03%	1633	34,74%	2798	32,87%	3585	38,66%	6098	55,77%	14668	41,58%
Em Ajuste do PT	10	0,61%	7	0,15%	20	0,23%	31	0,33%	85	0,78%	153	0,44%
Aprovado	2	0,12%	13	0,28%	23	0,27%	29	0,31%	59	0,54%	126	0,36%
Reprovado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,01%	1	0,003%
Total Geral	1628		4701		8513		9272		10934		35048	100,00%
Peso Relativo	4,65%		13,41%		24,29%		26,46%		31,20%		100,00%	

Fonte: plataforma Transferegov.br

Tabela 4 – Quantidade de Planos de Trabalho por situação de 2020 a 2024 (consulta em 19/3/2025)

Status	2020		2021		2022		2023		2024		Total	(%)
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem		
Não Cadastrado	452	28,36%	1169	24,86%	2377	27,92%	2249	24,25%	503	4,60%	6760	19,29%
Em Elaboração	37	2,27%	83	1,77%	137	1,61%	133	1,43%	62	0,57%	452	1,29%
Concluído	4	0,25%	28	0,60%	45	0,53%	55	0,59%	77	0,70%	209	0,60%
Enviado para Análise	582	35,73%	1906	40,54%	3280	38,52%	3944	42,53%	5581	51,04%	15203	43,63%
Em Complementação	525	32,23%	1480	31,48%	2608	30,63%	2798	30,17%	4483	41,00%	11894	33,93%
Em Ajuste do PT	4	0,25%	11	0,23%	19	0,22%	29	0,31%	61	0,56%	124	0,35%
Aprovado	15	0,92%	25	0,53%	48	0,56%	65	0,70%	165	1,51%	318	0,91%
Reprovado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,02%	2	0,01%
Total Geral	1629		4702		8514		9273		10934		35052	100,00%
Peso Relativo	4,65%		13,41%		24,29%		26,45%		31,19%		100,00%	

Fonte: plataforma Transferegov.br

Comparando-se os dados da Tabela 1 com os dados das Tabelas 3 e 4, observa-se uma diminuição acentuada dos planos de trabalho nas fases iniciais com a consequente migração para as fases intermediárias. Contudo, ainda é baixo o volume de planos de trabalho nas fases finais.

Destaca-se, nesse contexto, a considerável redução na quantidade de planos de trabalho na situação “não cadastrado” desde a primeira extração dos dados da Plataforma Transferegov.br (13/2/2025) até agora (30/7/2025), sendo que o número total de casos diminuiu de 8263 para 964 (redução de 88,33%). Considerando os valores monetários envolvidos nesses casos, a redução foi de 84,7% (de R\$ 4.549.930.129,00 para R\$ 694.695.726,00).

Assim, conclui-se que houve evolução no quadro geral da situação dos planos de trabalho relativos às Transferências Especiais, com base nos dados extraídos da Plataforma Transferegov.br. em julho (30/7/2025), em comparação às situações anteriormente analisadas (dados extraídos em 13/2/2025 e em 19/3/2025).

VI. CONCLUSÃO



A partir da análise dos dados extraídos da Plataforma Transferegov.br em 30/7/2025, foi observada uma evolução na situação geral dos planos de trabalho relativos às Transferências Especiais, em relação às extrações realizadas anteriormente, em 13/2/2025 e em 19/3/2025, cujas análises foram objeto da Nota Técnica AudGestãoInovação 1/2025 e da Nota Técnica AudGestãoInovação 2/2025, respectivamente.

Em suma, para o período de referência de 2020 a 2024, houve redução mais acentuada do quantitativo geral de casos nas fases iniciais (status “não cadastrado”, “em elaboração” e/ou “concluído”), houve aumento no quantitativo geral de casos nas fases intermediárias, com mais planos de trabalho em análise e menos casos de ajustes (status “em complementação” e/ou “em ajuste do plano de trabalho”), e, por fim, observou-se ampliação, ainda tímida, do quantitativo geral nas fases finais (status “aprovado” e/ou “reprovado”).

No aspecto quantitativo, dos 35.053 planos de trabalho cadastrados na Plataforma Transferegov.br, 1071 (3,06%) ainda estão nas fases iniciais de processamento; 30.989 (88,41%) nas fases intermediárias, e 2.993 (8,54%) nas fases finais.

Pelo aspecto da materialidade, R\$ 757.972.640,00 (3,56%) se referem aos planos de trabalho com status das fases iniciais, R\$ 18.880.500.118,00 (88,73%) aos planos de trabalho nas fases intermediárias, e R\$ 1.640.906.000,00 (7,71%) relativamente aos planos de trabalho nas fases finais de operacionalização no Transferegov.br.

Destaca-se, nesse contexto, a considerável redução na quantidade de planos de trabalho com status “não cadastrado” desde a primeira extração dados da plataforma Transferegov.br (13/2/2025) até agora (30/7/2025), sendo que o número total de casos nessa situação diminuiu de 8263 para 964 (redução de 88,33%). Considerando os valores monetários envolvidos nesses casos, a redução foi de 84,7% (de R\$ 4.549.930.129,00 para R\$ 694.695.726,00).

Brasília-DF, 1º de agosto de 2025

AudGestãoInovação



MISSÃO

APRIMORAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE POR MEIO DO CONTROLE EXTERNO.

VISÃO

SER REFERÊNCIA NA PROMOÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFETIVA, ÉTICA, ÁGIL E RESPONSÁVEL.

TCU.GOV.BR

